

## DESAFIOS

### QUARTAS DE FINAL

Conforme o item 3.2. do Edital Suplementar, a fase de quartas de final consistirá na resolução de um problema que será solucionado mediante elaboração de determinado instrumento jurídico, indicado no corpo da questão.

No dia 24 de setembro de 2022, as equipes participarão presencialmente da etapa de quartas de final, na qual ao menos dois de seus membros apresentarão oralmente os instrumentos jurídicos elaborados. A apresentação deverá ter até 20 (vinte) minutos. Após o prazo, os membros avaliadores da banca poderão formular perguntas acerca da apresentação. A avaliação será realizada com base apenas na apresentação oral.

Não será necessário envio prévio de arquivo com o instrumento jurídico elaborado. É facultado às equipes a entrega do instrumento jurídico impresso para consulta dos membros da banca avaliadora. Contudo, a versão impressa não surtirá efeitos para fins de avaliação e pontuação da equipe. Não será permitida, em qualquer hipótese, a utilização de recursos multimídia (como apresentação de slides).

Durante a apresentação, é esperado que as equipes justifiquem as escolhas adotadas no instrumento jurídico e expliquem como solucionam o desafio proposto. Não é esperada a mera leitura do instrumento jurídico.

## INSTRUMENTO JURÍDICO Nº 01

A Empresa **Kiwi**, com o objetivo atingir suas metas de sustentabilidade e diminuir a produção de resíduos, decidiu que os novos modelos dos seus celulares seriam vendidos sem carregador de bateria.

Em resposta, a Secretaria Nacional do Consumidor (“Senacon”) impôs medida cautelar, obrigando a Empresa **Kiwi** a retirar imediatamente o produto do mercado, sob pena de aplicação de multa diária, alegando que a venda do produto desacompanhada do carregador de bateria consistiria em venda casada, uma vez que condicionaria a venda do celular à compra do carregador em separado.

O referido órgão também (i) oficiou todos os órgãos de proteção ao consumidor em nível estadual (“Procons”), para que investigassem a mesma conduta no âmbito de suas respectivas competências; além de ter comunicado o (ii) Ministério Público para a apuração de eventuais crimes em face do consumidor.

Na sequência, a Anatel instaurou processo administrativo em face da Empresa, para avaliar possíveis irregularidades.

Diante deste cenário, **elabore um ou mais instrumentos consensuais** que poderiam ser utilizados para resolver os atuais conflitos, além de mitigar futuros litígios, considerando que o principal interesse da Empresa **Kiwi** é voltar a poder comercializar os seus produtos com a maior brevidade possível.

Considere, ainda, que a Empresa **Kiwi** nunca foi condenada em sede administrativa ou judicial.

## INSTRUMENTO JURÍDICO Nº 02

Em decorrência do alto nível de chuvas, o Município brasileiro XYZ sofre com diversas inundações causadas pelo aumento do nível do rio que corta a cidade. Por meio de dados coletados ao longo de anos de cheias e em observância das consequências das inundações na cidade, as autoridades locais concluíram que o risco à vida dos cidadãos se daria a partir das seguintes metragens:

Nível do rio (em metros)	Risco
29m	ALTÍSSIMO
28,70m	ALTO
28,50m	MÉDIO
28,20m	BAIXO
28,10m	BAIXÍSSIMO (nível esperado na época das cheias, entre os meses de fevereiro e julho)

A Prefeitura municipal de XYZ, buscando evitar maiores catástrofes nos próximos anos, criou um plano de enfrentamento do problema. Além de estruturar ações para melhorar o nível da infraestrutura dos prédios comerciais e moradias, nos arredores dos pontos de contato entre o rio e a área urbana, a Prefeitura deseja utilizar a tecnologia para monitorar com mais precisão e rapidez o nível do rio. Uma das vertentes do plano é o projeto “**De Olho nas Cheias!**”, que constitui-se na instalação de sistema de previsão e alerta de inundações. Esse sistema inclui a coleta de dados da altura do nível dos rios em tempo real, bem como sua transmissão a uma central de processamento gerida pela Defesa Civil municipal.

Sabe-se que tal solução ainda não foi desenvolvida pelo mercado e que inexistente *software* identitário no mercado, sendo um projeto inteiramente inédito. Além disso, não se sabe qual é a melhor forma para implementação desse sistema (se a partir de sensores instalados às margens dos rios ou outro método que viabilize a coleta de dados). Tampouco é possível afirmar que a utilização desse sistema implicará no processamento e utilização eficaz desses dados, gerando ações de proteção individual e comunitária de prevenção e redução de prejuízos em casos de inundações. Existe, portanto, risco

considerável no desenvolvimento e execução do projeto.

Sua equipe faz parte do grupo responsável pela execução do projeto **“De Olho nas Cheias!”** e, após parecer favorável da Procuradoria Geral do Município, decidiu-se que a forma de contratação da solução seria por meio da Encomenda Tecnológica (“ETEC”), instituída pela Lei Federal nº 10.973/2004, alterada pela Lei Federal nº 13.243/2016. Considere que há Decreto Municipal de XYZ com a mesma redação do Decreto Federal nº 9.283/2018.

Com base nessas informações, **elabore o edital de manifestação de interesse para a viabilização do projeto “De Olho nas Cheias!”**. Considere que, após o edital, será ainda publicado Termo de Referência.

## INSTRUMENTO JURÍDICO Nº 03

O Município brasileiro XYZ tem em seu patrimônio uma das maiores florestas urbanas do país. O Parque de Águas Termais, como é chamado, possui não só espécies de animais em extinção, mas fontes de águas termais, cachoeiras e rios com peixes, propícios para banho, além de uma vegetação nativa exuberante, boa parte em campos abertos, nos quais é possível fazer piquenique e ver o pôr do sol.

O parque foi constituído sob a forma de *Parque Natural Municipal*, nos moldes do art. 11 §4o da Lei nº 9.985/2000, e é aberto a visitas para turismo e pesquisa, sem cobrança para entrada, mas com limitação de pessoas por dia, conforme definido no decreto municipal que instituiu o Parque (Decreto Municipal nº 01/2000).

Nada obstante isso, diante da má-gestão municipal da Área, o Parque vem sofrendo com a falta de fiscalização e de manutenção aos seus acessos. Com isso, proliferaram-se os casos de caça ilegal e acúmulo de lixo deixado por visitantes. Há reclamações de falta de infraestrutura dentro do Parque, como banheiros, locais para alimentação, pontos de apoio, sinalização em trilhas e dentro do Parque, ou demora nos resgates em caso de acidentes.

Diante desse cenário, o prefeito do Município XYZ deseja solucionar o problema por meio da concessão do parque à iniciativa privada. Para tanto, abre-se um procedimento de manifestação de interesse (PMI), de modo a angariar contribuições para a modelagem da concessão.

Uma das empresas interessadas no projeto, a Contratações Públicas S/A, contrata a sua equipe para elaborar um parecer jurídico sobre a legalidade do referido projeto do Município XYZ, no sentido de qual seria a modalidade de concessão mais adequada e quais obrigações seriam legalmente possíveis para oferta na área do parque. Ademais, o parecer deve incluir a indicação de elementos essenciais à futura minuta do contrato de concessão, para subsidiar a proposta que será apresentada pela empresa ao Poder Público municipal.

Com base nessas informações, **elabore a minuta de contrato de concessão**, nos termos referidos acima, de modo a sanar as debilidades encontradas pelo Parque de Águas Termais.

**\*Observação:** considere que o Município XYZ detém todos os normativos e instrumentos institucionais eventualmente necessários para que você possa modelar o seu projeto. Utilizar como base a legislação federal.

RIO DE JANEIRO, 16 DE SETEMBRO DE 2022.